

2.

A vida literária brasileira: uma pequena viagem no tempo

“Pensa que o dia passado não volta mais!”

(Dante Alighieri)

A imagem do escritor foi modificada ao longo da História Brasileira, bem como a vida literária em nosso país. Sabemos o quanto é difícil, ou quase impossível, a separação nítida dos períodos literários, afinal, a mesma dificuldade encontramos em separar nitidamente os períodos históricos. Não é o objetivo deste capítulo fazer marcações fechadas, como em uma linha do tempo, de períodos determinados. Queremos sim, destacar alguns momentos da vida literária do Brasil, para termos um panorama geral da vida dos autores em determinadas épocas e, mais do que isto, reconhecemos a maneira pela qual a vida literária brasileira fora moldada naquele início de tentativa de construção de uma identidade brasileira.

A análise crítica das obras e de seus autores não é prioridade aqui. Claro que entendemos que a vida política e social, muitas vezes, é refletida, retratada e questionada nas obras daqueles que viveram em determinado intervalo de tempo. Entendemos que a arte, como um sistema de comunicação inter-humana, é social, pois depende da atuação dos fatores do meio em que se encontra, além de ser capaz de produzir em seus receptores uma possível modificação de valores sociais. Todavia, queremos mesmo é entrar no cotidiano de nossos escritores, para, deste modo, entendermos como a imagem deles era refletida em seu tempo e como a construção do cenário literário foi feita por nossos intelectuais do passado.

Para tanto, nos concentraremos no centro da vida literária brasileira: o Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro foi o centro intelectual do Brasil, primeiro como a Corte do Império e depois com a capital da República. Fora no Rio que as primeiras edições de best-seller surgiram e onde a crítica literária brasileira deu seus primeiros passos. Nas páginas que se seguem, veremos como não é dos dias de hoje a preocupação com a edição e venda de best-sellers, ou seja, saberemos de que maneira e por quem os livros eram editados e divulgados em um país onde a maioria da população era analfabeta.

Começaremos pelo Romantismo brasileiro, quando o Brasil se torna finalmente um país independente de Portugal e tenta criar uma literatura tipicamente brasileira. Depois, passaremos para início o século XX, uma época em que o progresso transforma o dia-a-dia da já República brasileira e a figura do autor já está consolidada.

Como um dos integrantes do processo de comunicação – que envolve a obra, o público e seu efeito – o escritor está inserido em uma estrutura social e nela exerce determinada posição. O envolvimento com outros escritores e a formação de grupos de intelectuais é mais uma maneira de definir uma posição social. Assim, poderemos notar que o escritor, além de ser uma forte figura política, foi presença contínua na vida social brasileira, mas uma presença que não passava despercebida por aqueles que não faziam parte do mundo dos intelectuais, pois já naqueles tempos o escritor era visto como uma figura pública, uma celebridade capaz de atrair e encantar muitos admiradores. Supérfluo dizermos que o mundo daqueles dias não contava com a força da mídia e, portanto, este prestígio de celebridade era reconhecido por poucas camadas sociais que tinham acesso, mesmo que não inseridos, ao mundo intelectuazidado.

A escolha destes dois períodos de nossa vida literária está na necessidade de traçarmos uma possível origem das bases de nossa vida intelectual. Queremos destacar a figura pública do autor e a maneira como ele se diferenciava dos demais bem como outras importantes personalidades responsáveis pela publicação e divulgação das obras de nossos escritores.

Contraopondo a esta imagem do escritor destacada dos demais, temos a imagem do escritor de hoje que se mistura na multidão e poucos se destacam na sociedade. Estes poucos, porém, são aqueles que têm acesso aos meios de comunicação que divulgam não somente a obra, mas seu criador. Assim, aqueles que não são divulgados pela mídia são apenas reconhecidos por uma pequena porção da elite intelectualizada do país, ou seja, parece, que neste ponto, pouco mudou.

Entretanto, parece-nos que a força da Internet na criação e divulgação destes novos produtores literários, principalmente em *blog*, é que dão uma nova fisionomia, menos pessoal e mais virtual, ao cenário da vida literária contemporânea. Afinal de contas, é possível, através do *blog*, trocar informações e opiniões com outros escritores, formando-se uma espécie de comunidade

cibernética distinta daquela que mostraremos nas páginas seguintes, pois estas últimas eram fundamentalmente baseadas no cara-a-cara, no contato humano. Não estamos afirmando, todavia, que não existam grupos intelectuais hoje que se reúnam pessoalmente, discutam e produzam literatura.

Outras notáveis diferenças que encontraremos nesta nossa breve viagem é a relação pessoal entre escritor e editor e a força dos donos de livrarias na vida literária brasileira. Hoje, com o crescente número de livrarias *blockbusters*, preocupadas em vender os grandes sucessos divididos em suas prateleiras e com a facilidade das compras *on line*, são grandes empresários que dominam este ramo, assim como são os homens de negócio que dominam as editoras e saem à caça de best-sellers. Raras são as livrarias com um espaço aconchegante para reuniões e ainda mais raros são os editores com coragem e disposição para a publicação de novos autores.

O que queremos mostrar nas páginas que se seguem são as origens de um modelo de uma vida literária brasileira que, em muitos aspectos, se adequou aos dias de hoje.

2.1

Primeiro sopro: o romantismo brasileiro

“Nem só éramos moços, éramos ainda românticos”
(Machado de Assis)

Em 1822, o Brasil tornou-se independente de Portugal. Com a Independência, surge um sentimento de amor à pátria, de valorização daquilo que era brasileiro. A literatura de até então era uma literatura colonial, luso-brasileira, ajustada ao paradigma europeu. Não havia, portanto, na nossa literatura, uma identidade nacional, uma identidade que exprimisse a cultura brasileira.

Foi através do Romantismo que nossa literatura tornou-se um instrumento de valorização do país que nascia, adequando-se à nova realidade vigente. Adequando-se, pois nossa literatura absorveu influências externas e as “usou” para tentar retratar a realidade brasileira. É no Romantismo que o público começa a prestigiar os artistas da terra e a influência dos escritores cresce, através dos folhetins, das poesias recitadas em público, e dos livros publicados.

Em 1820, o Rio de Janeiro possuía apenas quatro livrarias. Não podemos, todavia, pensar nas livrarias daquela época como sendo iguais as de hoje, pois estes estabelecimentos mais pareciam armazéns que vendiam quase tudo e os poucos livros vendidos eram, em sua grande maioria, manuais de devoção e novelas populares.

Foram nos anos seguintes à independência que o comércio livreiro cresceu extraordinariamente. Assim, foi possível que os intelectuais românticos tivessem acesso aos grandes clássicos revolucionários do século XVIII e às mais recentes novidades do pensamento europeu. Em meados da década de 1820, o Rio de Janeiro já contava com 13 livrarias que ainda não vendiam apenas livros, menos ainda os de literatura, pois, em uma época de afirmação nacional, eram os livros políticos os mais vendidos.

O assunto predominante entre os intelectuais da época era justamente a política. Localizada na Rua dos Pescadores, hoje Visconde de Inhaúma, a livraria de Evaristo da Veiga era o local de encontro de escritores, políticos e estudantes. O livreiro e jornalista Evaristo planejava e redigia, em meio às discussões

políticas, o influente jornal *Aurora Fluminense*. Ali, portanto, pouco interessavam as discussões literárias, afinal, era um lugar de forte efervescência política.

Enquanto as outras livrarias da Corte enxergavam o livro como apenas mais uma mercadoria e não ofereciam um ambiente adequado para discussões menos políticas e mais literárias, a Livraria Mongie, localizada na Rua do Ouvidor, contava com a presença do livreiro francês Louis Mongie, capaz de deixar à vontade os intelectuais carentes de longas conversas. O ambiente era propício e convidativo, com um ótimo estoque de livros franceses e a simpatia do proprietário. Além disso, Mongie atraía seus fregueses publicando anúncios em jornais para divulgar a chegada de novidades vindas a navio da Europa. Foi o francês, também, um dos primeiros, quem sabe o primeiro, a publicar um catálogo das obras disponíveis em seu gabinete de leitura.

“O francês era um homem instruído e espirituoso, que gostava de conversar com os fregueses e de ver a loja freqüentada por intelectuais. À tardinha, começavam a chegar os poetas, jornalistas, publicistas: Torres Homem, Gonçalves de Magalhães, Porto-Alegre, Gonçalves Dias. A conversa se espichava por horas. Aqueles fregueses especiais riam, buquinavam, fofocavam, diziam frases espirituosas. Um freqüentado assíduo dessas reuniões, Joaquim Manoel de Macedo, observa que a Livraria Mongie se constituiu em “*preciosa fonte de civilização*”.¹

A maioria das melhores livrarias, dentre as 15 que o Rio de Janeiro possuía na década de 1850, situava-se nas ruas da Quitanda e do Ouvidor. Era nesta última que se localizava a principal concorrente de Mongie, a Casa do Livro Azul, fundada em 1828, e o mais antigo sebo do país. Propriedade do francês Albino Jordan, ou Jordão, depois de abasileirar o nome, a livraria contava com uma grande quantidade de livros a preços baixíssimos, sendo muito procurada por estudantes.

Em 1853, a Livraria Mongie teve seu fim e, como herdeira natural, surgiu a livraria de Paula Brito, na Praça da Constituição, para os órfãos de um bom espaço de reuniões entre escritores. Francisco de Paula Brito não admitia discussões em sua loja, a livraria era um campo neutro no qual a grande freqüência de intelectuais das gerações entre 1840 e 1860, diferenciava a loja das demais. Famosos e iniciantes intelectuais seguiam a informalidade característica da livraria. Por ali passaram nomes Joaquim Manoel de Macedo, Teixeira e

¹ MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*, p. 55.

Souza, Gonçalves de Magalhães e um tal de Machado de Assis, moço jovem e considerado de muito futuro. Mas os olhos dos mais novos brilhavam de emoção quando, vez por outra, Gonçalves Dias adentrava a livraria de Paula Brito.

Foi destes encontros que surgiu a idéia de criar uma associação informal e, em 1853, surgiu a Sociedade Petalógica. Criada para estreitar o relacionamento entre os freqüentadores da loja de Brito, o próprio nome já indica os objetivos de tal sociedade, visto que *peta* significa mentira, brincadeira. Era lá que os intelectuais podiam conversar sobre absolutamente tudo, desde os mais sérios assuntos até acontecimentos triviais e divertidos, entretanto, era a literatura o assunto predileto.

Até a década de 1830, as tipografias brasileiras imprimiam folhetos políticos, novelas populares e manuais de devoção, pois era o que mais vendia na época. Raro era aparecer algum corajoso poeta capaz de bancar o lançamento de um volume em versos, afinal, era bem caro imprimir livros e estes, principalmente os de literatura, não possuíam nenhum prestígio social naqueles tempos, portanto, não existiam editores dispostos a tais impressões.

Esta situação começou a mudar quando Paula Brito resolveu editar livros. Foi ele o grande editor do romantismo brasileiro e, mais do que isto, divulgava e distribuía as obras e periódicos de sua editora. Não podemos esquecer que a sociedade brasileira era formada por uma maioria de analfabetos e que uma parcela mínima de alfabetizados se interessava por literatura. Era um risco para Brito, visto que este não era um homem de muitas posses, mas, mesmo assim, publicou, por sua conta, obras de alguns amigos. Claro que, como era de praxe até a década de 60, a maioria dos escritores pagava pela edição de suas obras. A *Moreninha* de Macedo e vários livros de José de Alencar tiveram suas primeiras edições bancadas pelos próprios autores.

Uma maneira de evitar o risco do investimento feito pelo autor era a subscrição. Aqueles interessados em adquirir a obra assinavam uma lista de futuros compradores e efetuavam antecipadamente o pagamento de seu exemplar. Assim, quando o número de subscritores era compatível com o de exemplares idealizados para a edição, o livro ia para o prelo.

A prática da subscrição não deu muito certo para alguns escritores, mas Paula Brito sabia como conseguir, através de tal prática, editar vários autores nacionais. A publicação de anúncios de jornais para convocar subscritores

ampliava o público, alcançando, de maneira mais rápida, possíveis compradores e caso o número de subscrições não fosse suficiente, o autor pagava a diferença. Desta forma, além de angariar fundos para a edição, o escritor divulgava sua obra na imprensa.

Por iniciativa de Brito, a propaganda direta da obra literária nacional inicia-se no final da década de 50. Os anúncios tornaram-se mais elaborados e promoções do tipo assine o jornal e ganhe um livro, tão comuns nos dias de hoje, aparecem para aquecer a venda das obras literárias. A partir de então, a publicação de anúncio dos lançamentos de livros em jornais transforma-se em hábito.

Infelizmente, tudo chega a seu fim. Com a morte de Paula Brito, em 1861, não havia mais clima para a tão alegre Sociedade Petalógica e a livraria de Brito fechou suas portas. Desta forma, os intelectuais viram-se sem um lugar propício para suas reuniões regadas a poesias e variadas conversas.

Até que surgiu no cenário brasileiro a livraria Garnier, a mais importante dentre as 16 existentes na Corte, no início dos anos de 1860. O francês Baptiste Louis Garnier começou com um bazar onde quase tudo era vendido, mas, como na década de 50 a especialização fez-se presente, Garnier seguiu esta tendência e tornou-se somente livreiro.

A Livraria Garnier, localizada no centro social da Corte, a Rua do Ouvidor, contava com o melhor estoque de livros franceses da cidade e o francês, no começo de forma tímida, editava escritores brasileiros. Além disso, foi esta uma das primeiras livrarias a expor livros na vitrine, o que atiçava a curiosidade dos inúmeros passantes da movimentada Rua do Ouvidor.

Com um espaço ideal para conversas, como fora a livraria de Paula Brito, a Garnier vivia cheia de escritores, jornalistas e curiosos, principalmente depois das três da tarde, quando acabava o expediente das repartições públicas. Foi lá que o jovem Machado de Assis aproximou-se de José de Alencar, o mais importante romancista da época.

Bem como Paula Brito, Garnier foi um precursor na maneira de vender livros. No final da década de 1850, o francês utilizou uma prática muito comum em seu país de origem: aquele que comprasse, em dinheiro e à vista, livros no valor de 5\$ recebia um bilhete para concorrer a um sorteio mensal e ganhava quem tivesse o número correspondente ao primeiro prêmio da loteria federal. No

início, o vencedor ganharia 500\$ em jóias², mas considerado rifa, prática proibida por lei na época, o plano não deu certo e o prêmio passou a ser de 600\$ em livros. A idéia um sucesso e vários livreiros aderiram à mesma prática adotada por Garnier.

Durante as décadas de 60 e 70, Garnier foi o mais importante editor brasileiro. Além de ser muito cuidadoso com as publicações dos livros, os quais fez com que tivessem o mesmo nível das publicações européias, o editor foi o primeiro a pagar direitos autorais a seus tradutores e a remunerar bem seus autores. José de Alencar, Macedo, Bernardo Guimarães e Machado de Assis eram editados por Garnier.

“Antes do fim do ano, Alencar concluiu o novo perfil de mulher, *Diva*, do qual Garnier contratou logo duas edições, cada uma a 250\$000. Em pouco mais de quatro meses, o escritor recebeu 2.100\$00 de direitos autorais, uma quantia respeitável, igual ou superior à que recebem os autores de best-seller de hoje.”³

Garnier não fora apenas um livreiro, mas um dos responsáveis pelo desenvolvimento do romance e do conto nacionais, afinal, a prosa de ficção brasileira precisava de alguém que corresse todos os riscos de editá-la, com o devido respeito aos seus criadores.

Além das livrarias e das sociedades formadas por intelectuais, os cafés eram um importante ponto de encontro daqueles que gostavam de conversar, declamar e discutir. Localizado na Rua Direita, atual Primeiro de Março, a Confeitaria Canceler era badaladíssima na época. Porém, foi sua mudança para a Rua do Ouvidor, em 1861, que fez com que a Confeitaria caísse nas graças do público. Até o imperador Pedro II era um assíduo frequentador do local e lá tomava os famosos sorvetes do estabelecimento.

“Quem quisesse ser visto ou desejasse ver alguma personalidade em evidência, bastava sentar-se em uma das mesas do Canceler e aguardar. Pela confeitaria desfilavam escritores como Alencar, Maciel Monteiro, Machado de Assis, Pereira da Silva; políticos como Zacarias de Góes Vasconcelos, Nabuco de Araújo, Francisco Otaviano, e homens de negócio, como Mauá.”⁴

² Segundo Ubiratan Machado, tal quantia era equivalente a um alfinete de gravata de prata ou um bracelete.

³ Idem, p.81.

⁴ Idem, p.61.

D. Pedro II era um apaixonado pela literatura e apreciava o convívio com os homens das letras, por isso, o Paço chegou a ser um dos centros da vida literária do Rio de Janeiro. O imperador gostava de amizades e apreciava bons debates intelectuais, apesar de ser um homem conhecidamente teimoso e firme em suas opiniões. Tal temperamento fazia com que Pedro II não aturasse teimosias de outrem e menos ainda a irreverência e o deboche. O escritor José de Alencar, conhecido como um homem melindroso e áspero e até chamado de malcriado, estava bem longe de ser um dos intelectuais favoritos do imperador.

Pedro II acreditava que a literatura possuía uma missão social na formação da nacionalidade brasileira, assim sendo, não via com bons olhos escritores fracos, boêmios e derrotistas, afinal, seria deveras danoso para a consolidação e preservação do nacional a influência de jovens nefastos. Pedro II, portanto, desde cedo, decidiu influir na vida intelectual do Brasil, usando suas armas, ou seja, a influência pessoal e o mecenato.

Quando convidado por Januário da Cunha Barbosa para receber o título de protetor de uma recém-criada instituição, o Instituto Histórico Brasileiro, o imperador não se fez de rogado, logo providenciou uma ampla sala para reuniões e uma área para a biblioteca. O prédio, onde hoje funciona a Faculdade Cândido Mendes, era ligado ao Paço por uma passarela e as reuniões aconteciam às cinco e meia da tarde, sexta-feira sim, sexta não. Lá, o imperador estava sempre presente e o lugar, além de ter sido um importantíssimo centro de discussões, tornou-se um dos refúgios prediletos para intelectuais, como Gonçalves Dias, por exemplo, que já cansado das brigas constantes com sua mulher, esperava ansiosamente pelas sextas-feiras.

Quando, em 1853, o português Antonio Feliciano de Castilho tentava fazer fortuna no Brasil, decidiu, sabendo da paixão literária de D. Pedro II, dedicar ao imperador o poema “*Camões*”, que seu irmão declamou para Pedro II. A partir de então, as reuniões para leitura de poemas começaram a acontecer no Paço. Apesar de o grande espetáculo ser a recitação de poemas, sempre havia espaço para fofocas e observações maliciosas. Uma das vítimas de comentários era o próprio imperador, que adorava criticar poemas alheios ao mesmo tempo em que escrevia sofríveis versos. Claro que tais comentários eram feitos em surdina, afinal ele era um grande mecenas capaz de financiar publicações, bolsas de estudo e subsídios. Não faltavam poemas publicados em jornais, inclusive do jovem Machado de

Assis, que insuflavam as qualidades de Pedro II. O monarca, assim, ganhava prestígio intelectual e apoio político daqueles que recebiam sua ajuda.

É no período romântico que nasce a crítica brasileira. Até meados da década de 1850, entretanto, não havia uma crítica verdadeiramente séria sobre os recentes livros publicados. Apenas existiam pequenas referências, entre outras variadas notas, das novidades editadas. O objetivo destas notas era unicamente o de estimular o leitor a comprar determinada obra, ou seja, era muito menos uma crítica do que uma propaganda.

Houve, em 1838, no *Jornal do Comércio*, uma tímida tentativa de análise dos livros pela imprensa, mas a iniciativa não perdurou. Anos depois, em 1843, na revista *Minerva Brasiliense*, apareceram novas críticas, mas estas estavam mais preocupadas em identificar as influências estrangeiras e o espírito de nacionalidade na literatura do que em realmente examinar e analisar de forma crítica a obra em questão.

Contudo, no ano seguinte, na mesma revista, surge uma luz no fim do túnel: Dutra e Melo. O jovem, de 22 anos, soube usar a teoria de seus colegas, mas sem prender-se em comparações com as aclamadas obras estrangeiras, principalmente com as francesas.

Dutra e Melo publicou dois trabalhos críticos. O primeiro deles sobre o livro *A moreninha*, de Macedo, e o segundo sobre *Marília de Dirceu*, de Gonzaga. Em ambos, Dutra soube equilibrar a compreensão das obras e o reconhecimento do valor histórico de cada uma delas. Soube também aproveitar o sucesso do romance de Macedo, o grande best-seller da época, e com seu irmão editou, em 1845, a segunda edição do romance. Infelizmente, morreu aos 23 anos e sua trajetória como crítico literário terminou precocemente e não deixou sucessores, afinal, a maioria das críticas literárias estava repleta de elogios e de trocas de amabilidades entre amigos.

Em 1847, no *Correio da Tarde*, surge um ferrenho crítico chamado Optimus Criticus. Por trás de tal pseudônimo estava o poeta Gonçalves Dias, que ingressara recentemente naquele jornal, arrasando o poema de Teixeira e Souza, “A independência do Brasil”. Temeroso com a possível reação de Teixeira, Dias se surpreendeu com a humildade do colega que afirmou não ter grandes pretensões na poesia e apenas estar a procura de, através do poema, um emprego

modesto. Pouco depois, Teixeira e Souza foi nomeado guarda da alfândega e Gonçalves Dias afastou-se da crítica.

O que fora uma exceção para Gonçalves Dias tornou-se um hábito para Manuel Antonio de Almeida. Durante dois anos, começando 1854, ele publica a “Revista Bibliográfica”, no *Correio Mercantil*. Suas críticas, quando a obra não era de seu agrado, eram bastante ofensivas e irônicas. Bem como Bernardo Guimarães, ainda mais agressivo do que Maneco e tomado por um sentimento de onipotência, em suas críticas publicadas em *A Atualidade*, nos anos de 1859 e 1860.

As publicações mais simples e dirigidas para um público restrito, nos anos de 1850, é que foram responsáveis pela consolidação da crítica brasileira. Nesta época, muitos escritores tentaram entrar nos caminhos da crítica literária, mas foi a partir da década de 60 que a crítica tornou-se tão atrativa quanto a poesia. Muitos estudantes passaram a dedicar-se à crítica, como Macedo Soares e Pessanha Pova, alunos da Academia de Direito, dois críticos imparciais e capazes de fazer uma análise equilibrada da obra.

José de Alencar foi um dos escritores que se enveredou pelos caminhos da crítica literária. Talvez o mais vaidoso dos românticos, Alencar se zangava com as poucas e vazias críticas feitas a seus livros e por isso foi implacável com Gonçalves de Magalhães e *A confederação dos tamoios*. Implacável, porém, não arbitrário, afinal, mostrou todos os seus conhecimentos, seu bom senso e a sua já consagrada brilhante maneira de expressar-se.

A obra mais atacada durante todo o período romântico foi o conjunto de novelas *As vítimas-algozes*, de Joaquim Manoel de Macedo de 1869: todas as críticas acusavam a obra de imoral, por causa de suas descritivas e detalhadas cenas. O jornal de José de Alencar, o *16 de julho*, publicou artigos com as mais negativas críticas a respeito da obra de Macedo. Mesmo sem assinatura, todos sabiam que só poderia se Alencar o tal crítico, afinal, *As vítimas-algozes* condenava claramente o regime escravocrata com cenas chocantes e Alencar, então ministro da Justiça, era conhecidamente um defensor da escravidão, por considerá-la um dos pilares da economia do Brasil. A violência das críticas fez com que *A Reforma*, jornal para o qual Macedo colaborava, saísse em defesa do escritor, com uma resposta irônica sob o título de “ministro poeta”. Tal combate

entre Macedo e Alencar foi jocosamente batizado pela imprensa da época de guerra da viuvinha contra a moreninha.

Outro importante escritor romântico que marcou presença no nascimento da crítica brasileira foi Machado de Assis. Com equilíbrio e justeza raros, Machado era sintético em suas críticas que possuíam um senso único de observação. O escritor, cansado das mesquinhas do meio crítico, decidiu afastar-se das críticas, só voltando fora do período romântico, mas ainda assim tal atividade não se tornou habitual para Machado.

Nas décadas de 50 e 60, os homens das letras eram figuras obrigatórias nos salões e todo dia era dia de festa na Corte. Com o Império consolidado e a estabilização da economia, a sociedade brasileira, mais precisamente a carioca, vivia momentos de grande alegria, uma mentalidade urbana começou a crescer e o convívio social passou a ser estimulado. O progresso faz-se presente e o Brasil vive uma época de profundo otimismo, apesar permanência da escravidão em nossa sociedade de então.

Um fator essencial para o prestígio dos salões era a presença de celebridades literárias. José de Alencar, Castro Alves e Álvares de Azevedo eram bastante requisitados e não se faziam de rogados, foram assíduos frequentadores de salões. Nestas festas, além de muita conversa, havia espaço para declamações ao som do piano e até encenações de peças teatrais escritas especialmente para a ocasião.

Os salões, entretanto, não eram exclusividade da Corte. Apesar de possuírem uma vida social menos glamourosa, em Recife, São Paulo e Salvador também havia salões frequentados por importantes escritores da época. Presenças como as de Maciel Monteiro, Álvares de Azevedo e Castro Alves, este último um grande conquistador, eram freqüentes e os intelectuais ocupavam um lugar de destaque nas reuniões.

Como nem tudo eram flores, os poetas vão para a praça pública e seus versos tornam-se instrumentos de combate e ação social no período da Guerra do Paraguai e da campanha abolicionista. Os românticos, portanto, tiveram um importante papel social no Brasil. Nossos escritores participaram ativamente dos movimentos que levaram ao declínio da monarquia, à abolição da escravatura e o advento da república. Logo, a importância do escritor romântico não está somente

em sua obra publicada, mas na força de suas palavras e na sua capacidade de conscientizar e mobilizar o povo brasileiro.

Foi esta uma época da vida literária brasileira em que surgem os grandes editores com coragem de publicar nossos escritores e com a preocupação de vender seus livros, utilizando a exposição em vitrines, propagandas e promoções. É neste mesmo século XIX que a crítica literária brasileira começa a engatinhar. Foi um tempo em que a valorização da presença e da opinião de nossos literários foi essencial na vida cultural de um Brasil que dava os primeiros passos em busca de uma autonomia cultural, política e social.

2.2

Bem-vindos ao século XX: o Rio civiliza-se.

“A rua resume para o animal civilizado todo o conforto humano. Dá-lhe luz, luxo, bem-estar, comodidade e até impressões selvagens no adejar das árvores e no trinar dos pássaros.”

(João do Rio)

No início do século XX, O Brasil, já uma República, vivia uma época em que a calma e a prosperidade reinavam. As crises de transição haviam passado, a economia prosperava e nas grandes cidades multiplicavam-se lojas, confeitarias e elegantes salões. A Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897 por Machado de Assis, oficializava a literatura. O Rio de Janeiro passava por uma forte transformação, na qual sua fisionomia tornava-se cada vez mais parecida com a de Paris, graças aos empreendimentos de urbanização do prefeito Pereira Passos.

Além da moderna paisagem, o que atraía os provincianos e os deixava boquiabertos, quando visitavam o Rio, era a alegria de ver grandes nomes de nossa literatura nos cafés da cidade. Aqueles preferidos pelas celebridades literárias eram a Confeitaria Colombo, na Rua Gonçalves Dias, e a Confeitaria Pascoal, na Rua do Ouvidor. Esta última, entretanto, perdeu muitos de seus clientes literatos, quando Olavo Bilac, o Príncipe dos Poetas, se desentendeu com o gerente do lugar. Assim, o poeta e seus amigos passaram a frequentar a Colombo. Lá, compunham-se versos, falava-se de política e criticavam-se os ausentes.

Quase todos os poetas da Colombo costumavam embebedar-se com absinto e cultivar as idéias do filósofo Friedrich Nietzsche. Mas, aos poucos, a roda de amigos da confeitaria foi se desfazendo, ou melhor, se renovando, pois enquanto os membros antigos se retiravam, outros chegavam. Olavo Bilac, por exemplo, foi proibido de beber pelo médico e acabou se afastando das conversas na Confeitaria Colombo.

A boemia literária se prolonga até a primeira década do século XX. Além da despreocupação daqueles tempos, da falta de entretenimento e do bom preço e da boa qualidade do vinho, os boêmios intelectuais bebiam porque era estabelecida, na época, uma íntima relação entre literatura e álcool. Mais do que beber, os homens das letras transformavam, em seus encontros, quase tudo em

verso. Fatos cotidianos, como chegadas e partidas, pequenas brincadeiras e agressões transformavam-se em estrofes. A sátiras e as agressões escritas causavam grande desconforto naquele que era escolhido como vítima, pois os versos logo se espalhavam.

“Custa-nos acreditar que semelhante atitude, em nossos dias, quando ninguém mais se intimida com tais armas. O que emprestava, então, força extraordinária às poesias satíricas e aos epigramas era a pequena sociedade à parte que os escritores formavam em um Rio de Janeiro muito menor, e ainda com certo cunho provinciano. Nos grupinhos de cafés e confeitarias, essas perfídias encontravam grande ressonância, acumulando sobre a “vítima” boa carga de ridículo. Atualmente, morreriam no riso anódino de duas ou três pessoas numa porta de livraria, se a poesia continuasse a ter curso como instrumento de ataque.”⁵

As pequenas picuinhas eram comuns entre os intelectuais, mas havia também o choque entre as correntes literárias existentes, naquele começo de século. Simbolistas e parnasianos continuavam a digladiar-se, embora os primeiros já tivessem perdido seu principal representante, o poeta Cruz e Souza, em 1898. Alguns outros, entretanto, como Alphonsus de Guimaraens, continuavam na defesa pela poesia feita de sonoridade e requintadas imagens. Do outro lado, poetas como Olavo Bilac, Guimarães Passos e Alberto Oliveira defendiam sua lira parnasiana e preocupavam-se com a forma clássica e a “arte pela arte”.

A luta entre parnasianos e simbolistas não estava somente no plano teórico em jornais e revistas, mas também no plano prático das relações sociais. Enquanto os parnasianos tendiam a banalizar o culto à poesia e à alta condição do poeta no mundo, afinal, não hesitavam em fazer sonetos de encomenda, caso isto lhes trouxesse vantagens econômicas; os simbolistas desprezavam a idéia de produção maciça de poesia e viam o poeta acima das pequenezas do mundo, um ser capaz de penetrar nos mistérios da existência.

Além da atitude, a maneira dos simbolistas se diferenciarem daqueles que julgavam vulgares era através das requintadas roupas usadas. O uso de trajes para a diferenciação não era, todavia, exclusividade desta corrente literária. Escritores e artistas usavam roupas extravagantes para se diferenciarem dos meros mortais, com suas gravatas de cores berrantes, seus monóculos e capas espanholas, chamavam a atenção e os destacavam da multidão. A construção da imagem do

⁵ BROCA, Brito. *A Vida Literária no Brasil de 1990*. p. 77.

autor, portanto, fazia-se através da união dos locais freqüentados com o próprio figurino utilizado.

O uso do francês, por alguns simbolistas, era uma outra forma de separar a maneira de expressar do poeta daquela usada pelas massas ignorantes. Alphonsus de Guimaraens, por exemplo, escrevera em francês, talvez por considerar que sua poesia era melhor expressa naquele idioma.

A tradição iniciada pelas primeiras gerações românticas, de escritores se reunirem em livrarias, prosseguiu até o século XX. A Garnier permanecia como ponto predileto entre os intelectuais da época. Lá, continuava não sendo um mero estabelecimento comercial, mas uma espécie de clube no qual os escritores não dependiam de títulos ou eleições para frequentá-lo. Mesmo após a morte de Hyppolite Baptiste Garnier, a livraria continuou a funcionar sob os cuidados do também francês Lanzaç, que cultivou o mesmo clima cordial do lugar. Ainda naqueles dias, a Garnier continuava sendo uma importante editora e a ela juntaram-se nomes como os Lammerts, Francisco Alves e Pedro Quaresma.

Machado de Assis, agora já aclamado escritor, permaneceu como freqüentador assíduo da Garnier. Com sua cadeira reservada, o escritor permanecia por horas no local, falava pouco, mas era cercado de atenções e interesses. Machado foi presença constante na Garnier até pouco antes de morrer, mas sempre se manteve acima das intrigas tão presentes nos círculos de escritores. Tal atitude, algumas vezes, causava antipatia por parte daqueles que não entendiam seu comportamento discreto.

Outra importante figura no meio literário brasileiro foi o português João Martins, principal dono de sebo naqueles tempos. Sua loja, localizada na Rua General Câmara, abrigava uma vastíssima coleção de raros exemplares. Não eram somente livros que enchiam suas várias estantes, mas ali podiam ser encontradas muitas preciosidades, como os originais da *História do Brasil* de frei Vicente do Salvador. Assim, muitos eruditos freqüentavam o sebo em busca de livros raros e acabaram por se tornar amigos do excêntrico livreiro.

Excêntrico, pois, em meio a tantos objetos antigos, o velho Martins passou a detestar o progresso, acreditando que suas inovações distrairiam o público do mais importante de todos os divertimentos: a leitura.

“Enclausurado na loja em que residia, negava-se a tomar conhecimento do que se desenrolava lá fora, especialmente das lutas políticas. Rasgou-se a avenida, puseram-se abaixo centenas de prédios, os automóveis começaram a buzinar pelas ruas, surgiram os primeiros cinematógrafos. O velho Martins, numa teimosia irreduzível de excêntrico, não quis jamais conhecer a avenida, a poucos passos do local onde morava, nem se permitiu a heresia de entrar num cinema.”⁶

A Livraria Quaresma, fundada em 1879, na Rua São José, levava em conta a pouca cultura do povo. Sendo assim, os livros editados por Quaresma, além de baratos, possuíam um forte cunho popular e eram de fácil leitura, ou seja, a “edição Quaresma” era feita para aproximar o leitor primário das letras. E assim o fez. A separação, portanto, entre literatura popular, ou seja, aquilo que serviria para o povo, e literatura erudita, direcionada para os mais “capazes”, já estava clara.

Quaresma foi também o pioneiro da literatura infantil no Brasil. Foi ele quem estimulou e publicou os livros de Figueiredo Pimentel, que levavam os heróis de contos de fadas infantis para praticamente todo o Brasil. Figueiredo publicou com a Quaresma livros como *Histórias do arco da velha*, *Histórias da baratinha* e *Contos da carochinha*.

Muitos escritores, entretanto, não conseguiam ter suas obras publicadas por editoras brasileiras, a solução, então, era editar seus livros em Portugal. Muitos cediam suas obras gratuitamente, para terem o prazer de vê-las publicadas. Lima Barreto, por exemplo, ofereceu, em 1907, os originais de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* a um livreiro português.

Os três grandes best-sellers da primeira década do século passado foram *Canaã*, de Graça Aranha; *Os Sertões*, de Euclides da Cunha e *A esfinge* de Afrânio Peixoto. O primeiro, editado pela Garnier, teve grande êxito de vendas no ano de 1902. Euclides da Cunha foi publicado pela Lammert, editora conhecida por suas obras científicas e sérias, que considerou *Os Sertões* de muita importância, pois se referia a um acontecimento recente e discutido, mas pouco retratado nos livros, a Guerra de Canudos. Já o livro *A esfinge* foi editado pela Livraria Francisco Alves, a qual acabou por concentrar suas edições em obras didáticas, após já ter editado nomes como Olavo Bilac, João do Rio, José Veríssimo, entre outros.

⁶ Idem. P. 85.

Corria a lenda de que Francisco Alves era um homem conhecidamente grosseiro e rude que passava os dias fazendo contas, sempre preocupado com os lucros. Um homem, que apesar de ter vivido entre livros, teria morrido analfabeto. Alves, diziam alguns, era indiferente ao progresso da Capital Federal, mas teria morrido milionário.

Alguns acadêmicos, entretanto, defendiam Francisco Alves e o classificavam como um homem que, por trás das grosserias, possuía delicadeza de sentimentos. Muitos diziam que não era verdadeira a história de Alves ser analfabeto, pelo contrário, era um homem culto e que chegou a escrever várias obras didáticas. O que sabemos e o que nos importa, no final das contas, era que Francisco Alves era um excelente comerciante e um corajoso editor capaz de publicar escritores inéditos, dando-lhes a chance de aparecer, como aconteceu com Afrânio Peixoto, um escritor novo que teve um arrasador sucesso com seu livro *A esfinge*.

Acompanhando a maré de progresso, os jornais começavam a modernizar-se. As pequenas oficinas de tipografia já compravam novas máquinas e iam-se tornando grandes empresas, com direito a equipes de repórteres, fotógrafos, redatores e colaboradores, bem como prédios próprios. As antigas oficinas de jornal transformaram-se em lucrativas empresas, que vinculavam anúncios e atraíam mais leitores com caricaturas e manchetes. Olavo Bilac e Emilio de Menezes, por exemplo, escreviam anúncios para os patrocinadores de alguns jornais.

O desenvolvimento da imprensa não prejudicou a literatura brasileira daqueles tempos. Muitos jornais continuaram a aceitar e a pagar pelas colaborações literárias e era desta maneira que muitos escritores ganhavam mensalmente para escrever suas crônicas nos principais veículos da imprensa daqueles dias. Em 1907, Olavo Bilac e Medeiros e Albuquerque tinham suas crônicas publicadas respectivamente na *Gazeta de Notícias* e em *O País*. Desta maneira, a imprensa conseguia levar um grande número de intelectuais para a metrópole, pois aqueles que não conseguiam realizar-se no campo da escrita tinham sua vida facilitada pelos pagamentos mensais dos jornais e seus nomes divulgados.

Aos poucos, a cultura das casas de café foi perdendo espaço para o *five o'clock tea*, sim, como na Inglaterra. É por volta de 1910 que os finos e requintados passam a se reunir, vestidos com os mais recentes figurinos de Paris e

Londres, em chiques salões, com suas salas aromadas e iluminadas à eletricidade. Foi a partir desta época que a imagem do poeta aproximou-se da imagem da vida do homem comum, que não mais precisava sacrificar-se pelo ideal literário. Até mesmo os simbolistas, que defendiam o ódio à burguesia, se deram conta de que não havia como escapar da vida material. A boemia levada às últimas conseqüências por alguns escritores não mais era bem vista naqueles tempos, afinal, com o surgimento da Academia Brasileira de Letras passou a ser exigida uma certa postura elegante e maneiras corretas de comportamento. A figura romântica do poeta como um não-conformista, boêmio e desajustado não se encaixava nos moldes pretendidos pela casa de Machado de Assis.

Á noite, os clubes noturnos recebiam os elegantes intelectuais, saídos, em sua maioria, das redações de jornais, dos teatros, ou dos primeiros cinematógrafos instalados na avenida. O jogo dominava o Rio de Janeiro e a última novidade do século era a luta romana, que atraía aqueles que achavam chiques as fortes emoções. Os freqüentadores de clubes noturnos apareciam vestidos com as últimas modas de Paris e escandalizavam os burgueses com sua atitude arrogante e superior.

A aproximação da literatura com o mundanismo fez com que alguns salões, a maioria caracteristicamente literários, aparecessem e fascinasse a sociedade intelectual. O mais famoso foi o de Laurinda Santos Lobo, no alto de Santa Teresa. Finamente decorado, o salão atraía escritores, artistas e celebridades estrangeiras de visita ao Rio de Janeiro. Lá, todavia, o assunto predileto ainda eram as novidades parisienses.

Mas foi no salão de Coelho Neto, na Rua do Ruzo, que a literatura era o assunto central das conversas. A casa de dois andares estava sempre aberta a todos e o anfitrião recebia com extrema cordialidade, fazendo com que seus convidados se sentissem à vontade no lugar. Escritores, músicos, pintores, alunos e mestres da Escola de Belas Artes freqüentavam as reuniões ocorridas, geralmente, aos sábados. Poemas eram recitados, cantigas cantadas e lá Olavo Bilac foi eleito e coroado, em uma festiva noite, “Príncipe dos Poetas”.

A tradição dos salões literários também estava presente em São Paulo. A residência de José de Freitas Vale, na Vila Marina, chamada de Vila Kyrial, acolhia artistas jovens, como Oswald de Andrade, e personalidades das mais

diversas orientações. Conferências, concertos e até jogos atléticos divertiam e instruíam aqueles que freqüentavam a Vila Kyrial.

A vida literária no Brasil do começo do século XX foi uma das mais agitadas. O entusiasmo trazido pelo progresso, a nova paisagem urbanizada e organizada à maneira parisiense animou os ânimos daqueles que, além de fazer literatura, gostavam de desfilarem e confraternizar nas largas avenidas construídas. A vida social, portanto, andava de mãos dadas com a vida literária.

Se o romantismo caracterizou-se pela forte influência dos homens das letras na vida social e política do país, os poetas de 1900 preocuparam-se mais em aproveitar a nova vida trazida pelo progresso. Claro que importantíssimas obras da literatura brasileira surgiram naquela época e trouxeram forte cunho social, como *Os Sertões*, além da ascensão de Lima Barreto. Os tempos são outros, não podemos esperar um novo Castro Alves em praça pública, mas a seriedade a respeito da literatura permanece, apesar da aparente frivolidade daqueles dias.

A necessidade de o escritor diferenciar-se dos outros através de roupas e maneiras é um ponto importante desta época da vida literária brasileira. Afinal, deste modo, o artista das letras se destaca e se coloca de forma superior perante aqueles que não fazem parte do mundo da arte, porém, isto não significa que o escritor não fazia parte do confortável mundo do progresso e dos bens materiais. A nova paisagem carioca propicia o desfile de trajes por toda a avenida, trajes capazes de classificar o status social do indivíduo, tendo a rua como passarela.

Além disso, os lugares freqüentados por escritores também os classificam dentro da ordem social. Obviamente, que a honraria maior era, e ainda é, ser um dos membros da Academia Brasileira de Letras, mas a convivência de escritores em salões literários, cafés, livrarias e chás, era mais uma forma de fazer parte da vida dos artistas da época e de se colocar como tal.